



destaques do mês

Trem-bala tem taxa de retorno aumentada e há desistência de ter empreiteiras como sócias

A menos de dois meses da data de entrega de propostas para o trem de alta velocidade Rio-São Paulo-Campinas, o Governo ainda fará dois ajustes importantes nas regras do leilão, mas não pretende mexer no cronograma da disputa, apesar da turbulência financeira internacional e do aumento da percepção de risco pelos estrangeiros, com os protestos no Brasil. Já foi batido o martelo na revisão da taxa interna de retorno (TIR) do projeto, que subirá dos 6,32% atuais para cerca de 8% ao ano, na tentativa de seduzir mais investidores. Outra mudança diz respeito ao critério para a definição de quem vai operar o trem-bala: apenas o valor de outorga será considerado no leilão. As regras do leilão também passarão por ajustes. O valor da outorga, que tinha um piso de R\$ 70,31 por trem-quilômetro, era um dos dois critérios para a definição do vencedor. A proposta de outorga correspondia a 70% do resultado final do leilão, enquanto os 30% restantes ficariam com a estimativa do valor de investimento necessário para a construção da ferrovia. Esse segundo critério foi abolido e agora a disputa será exclusivamente pelo maior lance. Ainda segundo o Governo, houve desistência de ter empreiteiras como sócias na construção do trem-bala. Agora, em vez de conceder a obra de todos os 511 km a um consórcio só, o Governo avalia fatar a construção do trem de alta velocidade em vários trechos, que poderão ser contratados como obra pública ou por concessões menores, em que as empreiteiras terão um papel restrito. Nesse modelo novo, o Governo quer se associar às prefeituras onde estarão as estações, para lucrar com a valorização imobiliária das áreas do entorno, explicou Bernardo Figueiredo, Presidente da Empresa de Planejamento e Logística (EPL). (Valor e O Globo)

CMN libera mais R\$ 7,2 bilhões para PAC de cidades de médio porte

O Conselho Monetário Nacional (CMN) autorizou a liberação de até R\$ 7,2 bilhões extras em financiamentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) Mobilidade Urbana para cidades de médio porte. O limite para a contratação de novas operações destinadas a projetos de pavimentação e qualificação de vias urbanas de projetos selecionados subiu de R\$ 2,4 bilhões para R\$ 9,6 bilhões, de acordo com a Resolução 4.225, publicada nesta quinta-feira no BC Correio (sistema de informações do Banco Central). Segundo o documento assinado pelo Presidente do BC, Alexandre Tombini, a ampliação de R\$ 7,2 bilhões se destina a empreendimentos constantes da Portaria do Ministério das Cidades 109, de 5 de março deste ano, referente ao PAC 2 Mobilidade Médias Cidades. Nessa Portaria, o Ministério das Cidades lista os empreendimentos selecionados. Os recursos serão liberados por meio de linha de financiamento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), denominada Pró-Transporte, e do Banco Nacional de Desenvolvimento

painel

■ Audiência Pública que consolidará regras sobre apuração de indisponibilidades de geradoras

Foi aprovada a abertura de Audiência Pública para consolidar as normas existentes sobre a apuração de indisponibilidades de empreendimentos de geração elétrica. A audiência ocorrerá por intercâmbio documental no período de 13 de junho a 12 de agosto de 2013. O objetivo da audiência é também aprimorar o regulamento, com base em oportunidades identificadas pela Agência e em sugestões apresentadas por agentes do setor. Mais informações: www.aneel.gov.br

■ Audiência Pública que trata da autorização da atividade de Carregamento de gás natural

A ANP comunica que realizará Audiência Pública no dia 22 de agosto de 2013, que tem como objetivo obter subsídios e informações adicionais sobre a nova minuta de Resolução que trata da autorização da atividade de Carregamento de gás natural dentro da esfera de competência da União.: www.anp.gov.br

Econômico e Social. O valor global do programa de mobilidade urbana do PAC foi elevado de R\$ 12,2 bilhões para R\$ 19,4 bilhões. (13.06.2013 – Valor Econômico)

Leilão de petróleo e gás em terra poderá ter 240 blocos, segundo ANP

A área é superior à ofertada na 11ª rodada, em maio, quando foram leiloados 155 mil km², segundo apresentação feita pela Diretora-Geral da Agência Nacional de Petróleo, Magda Chambriard, nesta terça-feira, na reunião do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE). Nesta próxima rodada prevista para novembro, valerão ainda as regras tradicionais de concessão e não o regime de partilha, que deverá vigorar no leilão do campo de Libra do pré-sal, previsto para o fim de outubro, no Rio. A 12ª rodada deverá priorizar áreas de exploração de gás, convencional ou não, em terra. Segundo a apresentação feita por Magda, de acordo com as empresas inscritas na 11ª rodada, de maio, já houve manifestação de interesse por parte de 11 empresas pela exploração de gás em terra, o que seria uma amostra do interesse pela 12ª rodada. (25.06.2013 - O Globo)

Infraero tem prejuízo com as privatizações

A privatização do Galeão e de Confins deverá abrir um rombo nos cofres da Infraero. O alerta é do próprio Presidente da estatal, Gustavo do Vale, que definiu um arsenal de medidas para contornar os efeitos da perda de receitas provenientes dos dois aeroportos. Contratos com prestadores de serviços vão ser renegociados e um programa de demissões voluntárias tem a previsão de alcançar até 2,9 mil empregados. Até abril de 2012, quando nenhum grande aeroporto da rede havia sido transferido à iniciativa privada, ela teve lucro operacional de R\$ 375 milhões no ano. Já no primeiro quadrimestre de 2013, com três aeroportos - Guarulhos, Viracopos e Brasília - concedidos, o lucro caiu para R\$ 65 milhões. Vale chama atenção para o número realmente impressionante: sem Galeão e Confins, o resultado teria se revertido em um prejuízo de R\$ 60 milhões. O momento mais crítico, para as contas da Infraero, ocorrerá a partir do fim de 2014 ou do início de 2015. É que o leilão dos dois aeroportos está previsto para outubro, mas levam-se vários meses até a assinatura do contrato de concessão e a efetiva transferência total das operações para os grupos privados. Somente depois disso as receitas do Galeão e de Confins deixarão de ir para o caixa da estatal. Por outro lado, os três primeiros aeroportos privatizados ainda vão demorar mais algum tempo até render dividendos aos acionistas, incluindo a própria Infraero - que preserva uma fatia de 49% nas concessões. Guarulhos, Viracopos e Brasília correspondiam a 36% das receitas da Infraero. Agora, o Galeão e Confins significam 23% de toda a arrecadação que restou. A tendência da estatal é ficar mais dependente de aportes do Tesouro. O último aporte, no valor de R\$ 300 milhões, saiu no dia 11 deste mês. Todo o dinheiro vai para a integralização do capital das sociedades de propósito específico (SPEs) que detêm as concessões dos aeroportos. Até o primeiro semestre de 2014, a Infraero promete concluir obras de reforma e ampliação em dez aeroportos: Confins, Cuiabá, Curitiba, Fortaleza, Florianópolis, Foz do Iguaçu, Galeão, Manaus, Porto Alegre e Salvador. Algumas intervenções só ficarão parcialmente prontas. (24.06.2013 - Valor Econômico)

Anac vê grande interesse do mercado nas licitações do Galeão e de Confins

Os leilões para as concessões dos aeroportos do Galeão, no Rio de Janeiro, e de Confins, em Minas Gerais, parecem não correr risco de fracassar por falta de interesse de investidores. Marcelo Guarany, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), diz que a agência está recebendo muitos pedidos de informações, principalmente de operadores aeroportuários e fundos de investimentos, sobre as licitações, marcadas para outubro. Atualmente, o processo de concessões do Galeão e de Confins está em audiência pública, prevista para terminar no fim de julho. De acordo com o edital, o investimento mínimo exigido é de R\$ 5,2 bilhões para o aeroporto carioca, e de R\$ 3,5 bilhões para o mineiro. O valor mínimo do lance foi fixado em R\$ 4,66 bilhões para o Galeão, e em R\$ 1,66 bilhão para Confins. Durante a realização do 1º Seminário de Aeroportos Brasileiros, em São Paulo, a Secretaria de Aviação Civil (SAC) apresentou estudo em que projeta crescimento ininterrupto, nas próximas três décadas, do mercado de aviação civil no País. Para a próxima década, a previsão é de expansão de 6% ao ano. Nos 20 anos seguintes, deve ocorrer uma desaceleração e o mercado crescerá entre 3% e 4% ao ano. (28.06.2013 – Valor Econômico)

Porto de Santos investe na melhoria dos acessos

Para pôr fim aos congestionamentos para escoamento no Porto de Santos, a Codesp e a Secretaria Especial de Portos investem em soluções para melhoria do acesso aos terminais. Mas, mesmo com a previsão de receber investimentos de R\$ 7 bilhões até 2024, o Porto de Santos só deve apresentar melhorias significativas a partir de 2017, prazo previsto para a conclusão das obras de infraestrutura que estão sendo licitadas agora, muitas travadas judicialmente por recursos dos participantes. Esse valor inclui os investimentos privados de novos terminais de grande capacidade, como os da Embraport e da BTP, e expansões de terminais já existentes, caso da Libra e da Santos Brasil. Juntos, esses investimentos vão elevar a capacidade em quase 5 milhões de TEUS (unidade que equivale a um contêiner de 20 pés). O porto conta ainda com 26 terminais com contratos anteriores a 1993 já vencidos, que não têm previsão de renovação e que, segundo Renato Barco, Presidente da Codesp, operam com contratos emergenciais baseados em resolução da Antaq, cujos prazos também estão vencendo. A expectativa é de que a maior parte tenha de ser relicitada, o que abre a possibilidade para novas expansões. (28.06.2013 – Valor Econômico)

Governo anuncia criação de Agência Nacional de Mineração

O Ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, disse no dia 18 de junho que as atuais estruturas de regulação da atividade de mineração não são suficientes para dar conta do tamanho do setor. Em cerimônia de anúncio do novo marco regulatório, o Ministro anunciou a criação da Agência Nacional de Mineração (ANM), que assumirá as atribuições do DNPM. “A nova agência de mineração terá autonomia financeira e regulatória”, disse Lobão. De acordo com o Ministro, o Brasil tem “ampla possibilidade de aumento da exploração mineral e agregação de valor” dos bens minerais. (18.06.2013 - Valor Econômico)

TCU vê risco para cumprir prazo de início da exploração no pré-sal

O Tribunal de Contas da União avaliou que o atual estágio de desenvolvimento das ações delineadas pelo novo marco regulatório do petróleo implica riscos, seja para o cumprimento do prazo inicialmente estabelecido, novembro de 2013, ou para o processo licitatório, que poderá ser conduzido sem o devido planejamento esperado. De acordo com o TCU, a complexidade e a diversidade de novas regras para exploração e produção de petróleo e gás natural no pré-sal exigirão um planejamento mais cauteloso e um maior esforço de coordenação por parte dos órgãos e entidades governamentais. A razão para os eventuais atrasos dos contratos de partilha de produção é a indefinição dos primeiros blocos para licitação, dos parâmetros técnicos dos contratos e dos termos dos editais de licitação. Outro fator, conforme a auditoria, é a demora na instituição da Pré-Sal Petróleo S.A. (PPSA), estatal que ficará responsável pela gestão dos contratos de partilha da produção. (26.06.2013 – O Globo)

Projetos de mobilidade têm R\$ 9,5 bi na gaveta

Governadores e prefeitos que se reuniram no dia 24 de junho com a Presidente Dilma Rousseff estão deixando bilhões de Reais em verbas carimbadas para investimentos em transporte público sem nenhum uso. O dinheiro está previsto no PAC Mobilidade Urbana - Grandes Cidades, que foi detalhado em abril de 2012, contemplando 44 projetos de transporte coletivo de média ou alta capacidade. Quase nada saiu do papel, demonstrando que a incapacidade das autoridades em elaborar projetos tem sido mais prejudicial para o andamento das obras do que a alegada falta de recursos para executá-las. A construção ou a ampliação de linhas de metrô em cidades como Belo Horizonte, Brasília, Curitiba, Porto Alegre e Salvador estão com recursos parados no Ministério das Cidades à espera da apresentação dos projetos de engenharia e da licitação das obras. A situação de paralisia também atinge os planos de novos veículos leves sobre trilhos (VLTs) ou corredores exclusivos de ônibus em cidades como Campinas, João Pessoa, Maceió, Recife, São Bernardo do Campo e Teresina. Há pouco mais de um ano, Dilma anunciou a seleção de projetos habilitados no PAC, que totalizavam R\$ 32,8 bilhões. Estados e Municípios são obrigados a entrar com uma contrapartida, mas a maior parte viria diretamente da União: R\$ 12,1 bilhões em financiamento da Caixa Econômica Federal (CEF), a taxas de juros subsidiadas, e outros R\$ 10,2 bilhões em repasses a fundo perdido. É dinheiro do orçamento federal que não precisa de devolução. O programa impôs um prazo máximo para a contratação dos recursos: 18 meses. Esse prazo se esgota em 30 de outubro. Dos R\$ 10,2 bilhões de repasse da União, conforme informou o Ministério das Cidades em resposta a um pedido do Valor por meio da Lei de Acesso à Informação, menos de 7% foram contratados. Isso significa que há pelo menos R\$ 9,5 bilhões parados no Ministério. O financiamento da CEF, que tem como base os recursos disponíveis no FGTS, também está praticamente intocado: apenas 16,2% já têm uso garantido pelos Governadores e Prefeitos. Dos 44 projetos selecionados, somente cinco percorreram os caminhos exigidos pela União para tomar os recursos oferecidos pelo Governo Federal: o BRT Transbrasil e o VLT da área central e da região portuária ambos no Rio de Janeiro, o Expresso Sul do Distrito Federal, um corredor exclusivo de ônibus em Manaus e um BRT em Belém. (25.06.2013 - Valor Econômico)

1. Energia Elétrica

1.1. Previsão para Entrada em Operação de Novos Geradores – Quadro Geral (ANEEL)

Previsão para Entrada em Operação (MW)

Previsão para Entrada em Operação (em MW)
de 15 de maio de 2013 até 31 de dezembro de 2017

Usinas Hidrelétricas (UHE)						
Cenário	2013	2014	2015	2016	2017	Σ
Conservador	2.973	1.303	3.097	3.965	3.667	15.005
Otimista	2.973	1.303	3.097	4.421	3.667	15.461

Usinas Termelétricas (UTE)*						
Cenário	2013	2014	2015	2016	2017	Σ
Conservador	818	1.179	1.350	0	0	3.347
Otimista	944	1.266	1.480	650	0	4.340

Fontes Alternativas - PCHs, Biomassa e Eólica (F.A.)						
Cenário	2013	2014	2015	2016	2017	Σ
Conservador	2.347	1.130	658	0	0	4.136
Otimista	2.922	3.935	2.302	505	18	9.681

Somatório de UHE, UTE, F.A.						
Cenário	2013	2014	2015	2016	2017	Σ
Conservador	6.138	3.613	5.106	3.965	3.667	22.488
Otimista	6.839	6.503	6.880	5.575	3.684	29.481

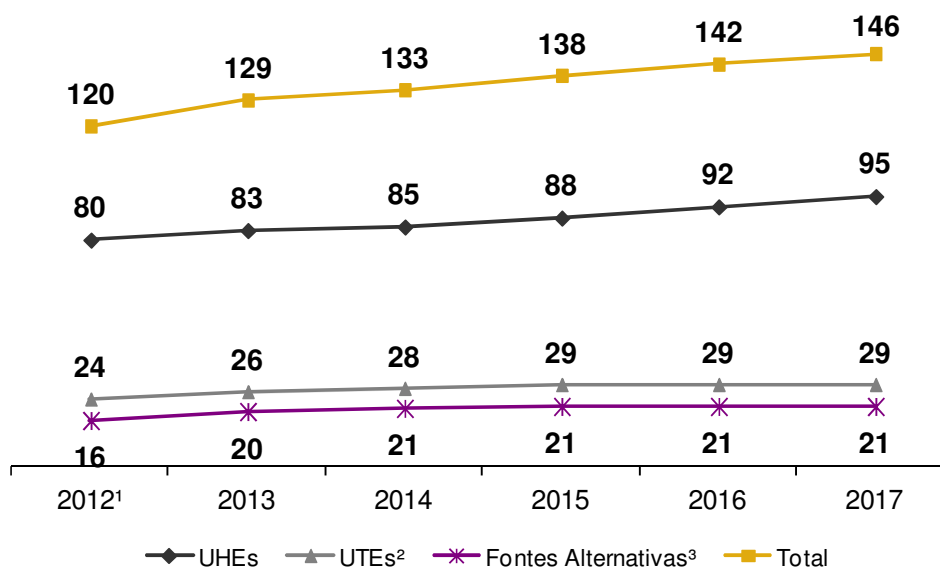
Fonte: Elaboração própria com dados da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL)
Cenário conservador: considera somente as usinas sem restrições à entrada em operação
Cenário otimista: considera as usinas sem restrições à entrada em operação e as usinas com impedimentos tais como licença ambiental não obtida, obra não iniciada e contrato de combustível indefinido.

*Inclui as participantes e as não-participantes do Programa Proritário de Termelétricas.

As estimativas divulgadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) indicam, no cenário conservador, o aumento de 3% ao ano na capacidade total de geração elétrica do País, considerando o período entre 15 de maio de 2013 e 31 de dezembro de 2017.

No cenário otimista, a previsão de expansão é de 29,4 mil MW no período 2013-2017. Nesse cenário, a taxa média de crescimento da capacidade instalada de geração elétrica seria de 4,1% ao ano.

Previsão da Capacidade Instalada* (GW) Cenário Conservador



Fonte: Elaboração própria com dados da Aneel.

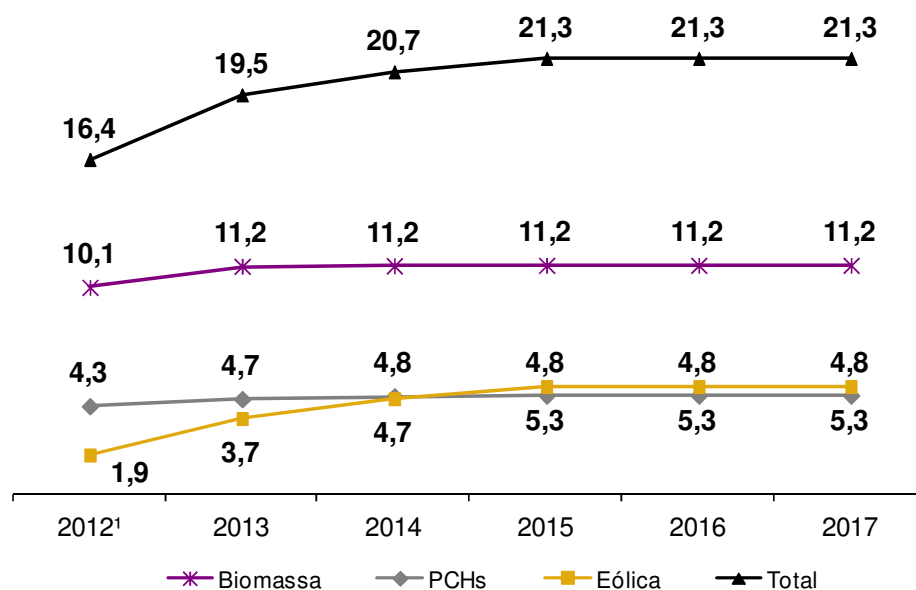
¹ Capacidade Instalada em 31/12/2012.

² UTEs movidas a carvão, gás natural, diesel e óleo combustível.

³ PCHs, UTEs movidas a biomassa e eólicas.

* Exclui Centrais Nucleares.

Previsão da Capacidade Instalada - Fontes Alternativas (GW) Cenário Conservador



Fonte: Elaboração própria com dados da Aneel.

¹ Capacidade Instalada em 31/12/2012.

Entre 2012 e 2017, no cenário conservador, estima-se o crescimento de 19% da capacidade instalada no Brasil de usinas hidrelétricas (UHEs). O crescimento da geração térmica (UTES), também no cenário conservador, deve ser de 22% no mesmo período. Em dezembro de 2012, a participação das UHEs foi de 66% na matriz elétrica nacional e não deve sofrer alteração até 2017. A participação na capacidade total instalada das UTES deve permanecer em 20%.

A participação das usinas térmicas à biomassa deve permanecer em 8% e das pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) deve reduzir de 4% para 3% em 2017.

A previsão conservadora para a participação das usinas eólicas na capacidade total instalada, em 2017, passará de 2% para 4%.

A estimativa conservadora de crescimento da capacidade instalada de geração elétrica, em 2013, é superior à estimativa de crescimento do PIB elaborada pela CNI, respectivamente, 7,6 e 2%.

1.1.1. Geração Hidrelétrica e Termelétrica

Das UHEs com previsão para entrar em operação até 2017, Baixo Iguaçu (PR) apresenta restrição para a contratação de 320 MW e São Roque (SC) com restrição de contratação de 135 MW. No cenário conservador, 15 mil MW devem entrar em operação até 2017.

Em relação às termelétricas, prevê-se alta capacidade para entrada em operação no cenário otimista, de 4,3 mil MW até 2017, sendo que cerca de 3,3 mil MW (77%) não apresentam restrição ao andamento dos trabalhos.

A usina hidrelétrica de Santo Antônio conta com quatorze unidades geradoras em operação comercial e três em fase de comissionamento (Unidades 15, 16 e 17), com previsão de entrada em operação de forma sequencial, dentre os próximos 45 dias. A expectativa da Santo Antônio Energia é de totalizar pelo menos 24 máquinas em geração até dezembro de 2013.

Essas máquinas estão conectadas à Rede Elétrica Regional Acre/Rondônia através do sistema Back-to-Back da Subestação Coletora de Porto Velho, contando ainda com a alternativa de conexão através da subestação provisória de 465 MVA, implantada pelo Consórcio. Porém o despacho da usina de Santo Antônio está limitado à capacidade do sistema regional até a entrada em operação do Sistema de Transmissão do Madeira.

A conexão final ao sistema interligado nacional, no Subsistema Sudeste/Centro-Oeste, dependerá da entrada em operação do primeiro bipolo do Sistema de Transmissão do Madeira, em extra alta tensão. A linha de transmissão em corrente contínua em 600 kV, que faz parte desse sistema de transmissão, está em fase final de implantação e testes. As Subestações Conversoras de Porto Velho 1 e Araraquara 1 estão em comissionamento, com previsão de operação para o final do mês de julho de 2013, junto com a Linha de Transmissão em 600 kV.

A geração comercial da primeira unidade da hidrelétrica de Jirau, reprogramada para julho de 2013, está condicionada ao término do enchimento do reservatório, à conclusão da montagem eletromecânica e à realização dos testes de comissionamento.

No dia 2 de julho deste ano, a Aneel aprovou o plano de expansão da capacidade da usina de Santo Antônio, no Rio Madeira, após seguidos adiamentos da decisão. Foi estabelecido, porém, que Santo Antônio terá que ceder lastro equivalente a 24,3 MW médios de garantia física à usina vizinha, a hidrelétrica de Jirau.

1.1.2. Geração a partir de Fontes Alternativas

No cenário conservador, a contribuição das PCHs deverá ser de 445 MW de potência adicional até 2017. Já no cenário otimista, até 2017, devem entrar em operação 1,6 mil MW. As três pequenas centrais hidrelétricas integrantes do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA) não têm previsão para a contratação dos 32 MW.

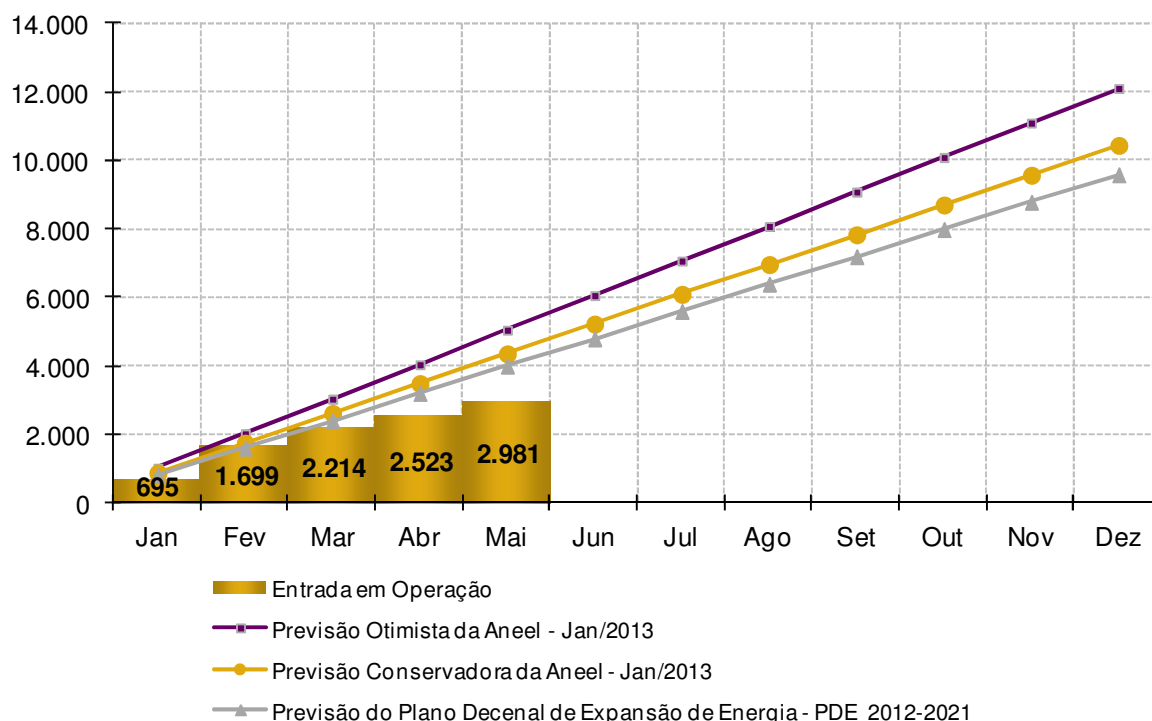
As usinas a biomassa devem acrescentar, no cenário conservador, 537 MW até 2017. No cenário otimista, a contribuição adicional total dessa fonte pode chegar a 1,6 mil MW para o mesmo período. As seis usinas a biomassa integrantes do PROINFA não têm previsão para entrada em operação.

Apesar da alta capacidade prevista para entrada em operação de eólicas no cenário otimista de 7 mil MW, apenas 45% da potência (3,2 MW) não apresenta restrições para entrada em operação até 2017.

1.1.3. Expansão da Capacidade de Geração

O gráfico apresentado a seguir ilustra os acréscimos mensais de capacidade geradora no sistema interligado nacional. As linhas representam uma média teórica de entrada uniforme de capacidade geradora para que a previsão seja atingida.

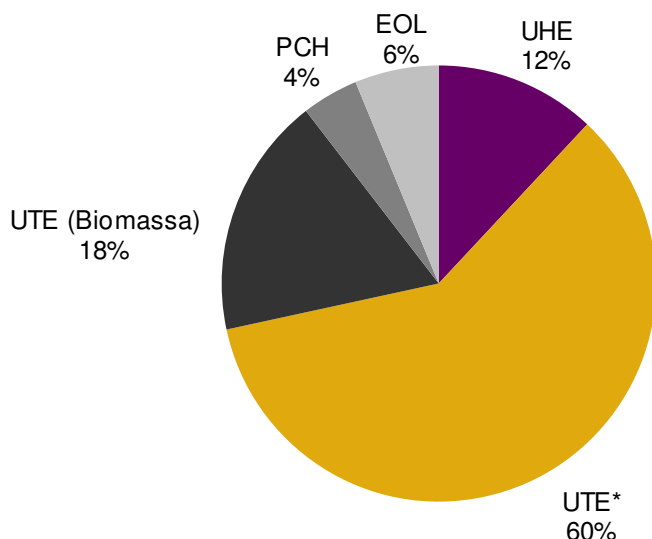
Expansão da Capacidade de Geração em 2013 (MW)
De 1º de janeiro a 15 de maio de 2013



Fonte: Elaboração própria com dados da ANEEL e da EPE.

Em 2013, até 15 de maio, entraram em operação 2.981 MW. Desse total, as UTEs representaram 60% da potência total que entrou em operação. As UTEs de Biomassa representaram 18% da potência total instalada, as UHEs representaram 12%, as PCH e EOL representaram 4% e 6% respectivamente, da capacidade instalada no período.

Distribuição da Capacidade Instalada por Tipo de Usina (%) De 1º de janeiro a 15 de maio de 2013



Fonte: Elaboração própria com dados da ANEEL.

* Inclui UTEs a óleo combustível, óleo diesel, gás natural e carvão.

1.2. Consumo de Energia Elétrica (EPE)

O mercado nacional de fornecimento de energia elétrica a consumidores livres e cativos atingiu, em maio de 2013, 38.353 GWh, apresentando um valor 4% superior ao observado em maio de 2012. No acumulado do ano o crescimento foi de 3%.

O consumo industrial de energia elétrica foi de 15.557 GWh, valor 1% superior ao observado no mesmo mês de 2012. No acumulado do ano, o consumo foi 1% inferior.

De acordo com a EPE (Empresa de Pesquisa Energética), o consumo industrial de energia elétrica apresentou o maior valor desde setembro do ano passado, evidenciando recuperação do patamar usual de consumo da categoria. Não obstante estas estatísticas positivas, ainda não se poderia afirmar que a produção industrial esteja em uma rota sustentada de recuperação. Os índices de confiança da indústria apurados pela CNI e FGV ainda não apresentam trajetória ascendente firme. Ressalta-se que a mineração e a metalurgia seguem apresentando retração, devido a uma queda internacional do preço de seus produtos. Assim, o consumo industrial é afetado negativamente em razão do peso destes subsetores. Por outro lado, o consumo do setor de produtos minerais não-metálicos avançou no mês de maio.

Consumo de Energia Elétrica por Classe (GWh)

Classe	Maio 2012	Maio 2013	Var. %	Jan-Maio 2012	Jan-Maio 2013	Var. %
Residencial	9.534	10.241	7	49.217	52.259	6
Industrial	15.468	15.557	1	76.177	75.165	-1
Comercial	6.427	6.827	6	33.429	35.221	5
Outras	5.484	5.728	4	27.928	28.896	3
Total	36.913	38.353	4	186.751	191.541	3

Fonte: Elaboração própria com dados da EPE.

2. Petróleo

2.1. Produção, Comércio Exterior e Processamento de Petróleo (ANP)

Até o fechamento desta edição a ANP não havia atualizado os dados referentes a produção nacional de petróleo. Seguem as últimas informações disponíveis.

A produção nacional de petróleo no mês de abril de 2013 foi de 60 milhões de barris equivalentes de petróleo (bep), volume 5% inferior ao produzido no mesmo mês do ano anterior. No acumulado do ano, a produção de petróleo foi 9% inferior.

O grau API médio do petróleo produzido em abril de 2013 foi de aproximadamente 24,7°, sendo que 9% da produção foi considerada óleo leve (maior ou igual a 31°API), 65% foi considerada óleo médio (entre 22°API e 31°API) e 26% foi considerado óleo pesado (menor que 22°API).

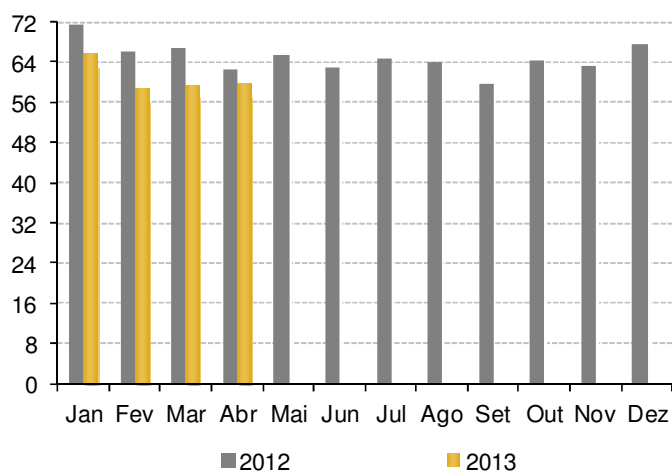
O volume correspondente ao processamento de petróleo nas refinarias nacionais, em abril de 2013, foi de 64 milhões de bep. Esse volume foi 9% superior ao observado em abril de 2012 e no acumulado do ano.

De acordo com a ANP, em abril de 2013, cerca de 91% da produção de petróleo do Brasil foi extraída de campos marítimos.

O volume de petróleo exportado pelo País, em maio de 2013, foi de 12,9 milhões de bep, valor 24% inferior ao exportado em maio de 2012. No acumulado do ano, a queda foi de 45%. De acordo com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), os motivos para o recuo das vendas externas do petróleo são queda na produção e aumento do consumo interno do produto.

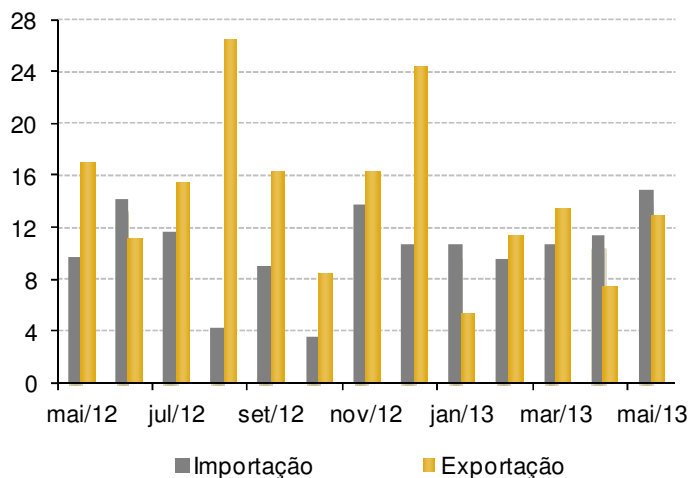
O preço médio do petróleo importado pelo País, em maio de 2013, foi de US\$ 96,87/barril, valor 23,4% inferior ao observado em maio de 2012.

Produção Nacional de Petróleo (milhões bep)



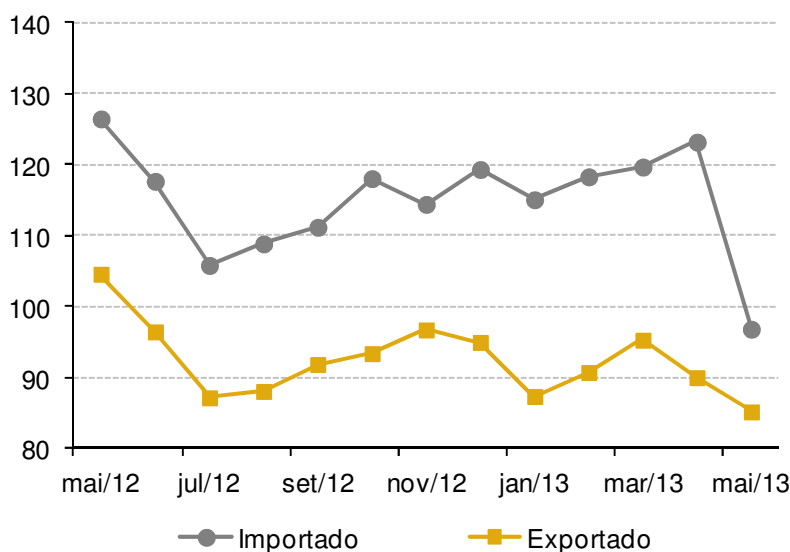
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Importação vs. Exportação de Petróleo (milhões bep)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Preço Médio do Petróleo Importado e Exportado (US\$ FOB/barril)

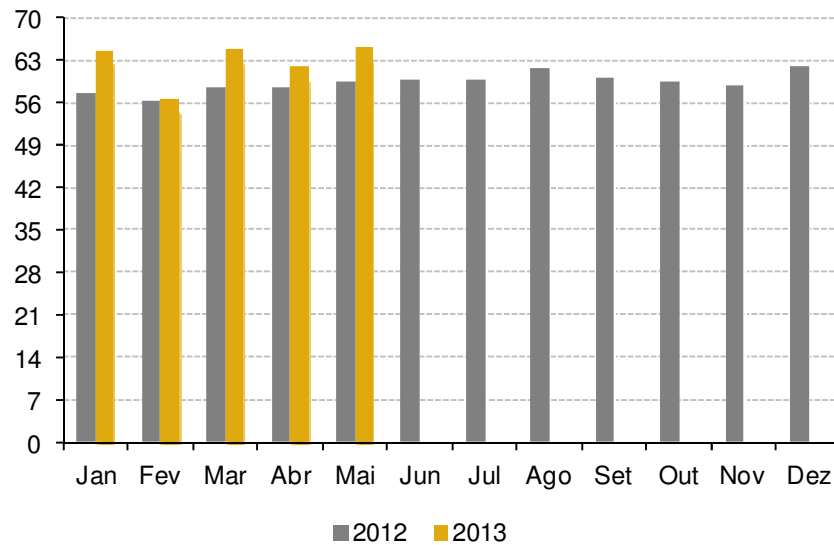


Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

2.2. Produção e Comércio Exterior de Combustíveis Derivados de Petróleo (ANP)

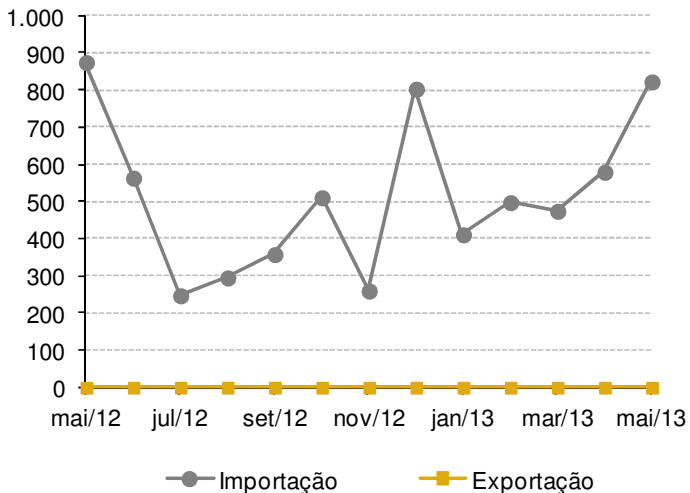
Em maio de 2013, a produção nacional de derivados de petróleo foi de 65 milhões bep (1 bep equivale a 0,15 m³), volume 10% superior ao produzido em maio de 2012. No acumulado do ano, o crescimento foi de 8%.

Produção de Derivados de Petróleo (milhões bep)



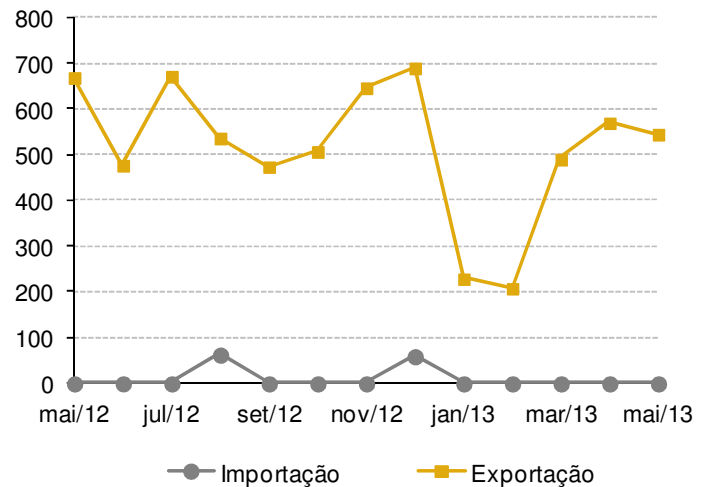
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Importação e Exportação de Nafta (mil m³)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Importação e Exportação de Óleo Combustível (mil m³)

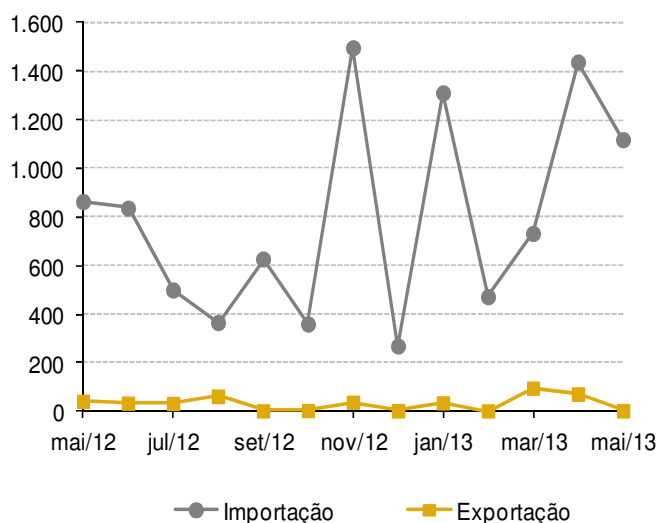


Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

A importação de derivados de petróleo, em maio de 2013, foi de 19 milhões bep, valor 23% superior ao registrado em maio do ano anterior. No acumulado do ano, a importação de derivados de petróleo apresentou um crescimento de 18%.

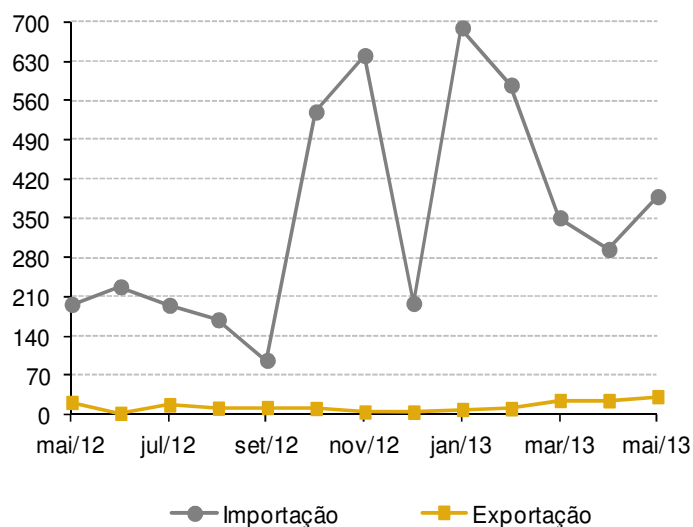
Com respeito à exportação de derivados de petróleo, em maio de 2013, foi constatado um total de 8 milhões bep, o que representa um volume 15% inferior ao mesmo mês de 2012. O volume foi 19% inferior na análise do acumulado do ano.

Importação e Exportação de Óleo Diesel (mil m³)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Importação e Exportação de Gasolina (mil m³)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

2.3. Dependência Externa (ANP)

Até o fechamento desta edição, a ANP não havia atualizado os dados referentes a dependência externa. Seguem as últimas informações disponíveis. Em abril de 2013, o Brasil registrou uma dependência externa de 20% na balança comercial de petróleo e derivados. Em outras palavras, a importação líquida de petróleo e derivados foi de 15 milhões de bep frente a um consumo aparente de 74 milhões de bep. Em abril de 2012, a dependência externa foi nula. No acumulado do ano, foi observada uma dependência de 14%. No mesmo período do ano anterior, a dependência foi de -7%.

Dependência Externa de Petróleo e Derivados (milhões bep)

	Abril/2012	jan-abr/2012	Abril/2013	jan-abr/2013
Produção de Petróleo (a)	63	268	60	244
Imp. Líq. de Petróleo (b)	-8	-39	4	4
Imp. Líq. de Derivados (c)	9	21	11	37
Consumo Aparente (d)=(a+b+c)	63	249	74	285
Dependência Externa (e)=(d-a)	0	-18	14	41
Dependência Externa (%) (e)/(d)	0	-7	20	14

Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

2.4. Balança Comercial (ANP)

A balança comercial brasileira de petróleo e derivados, em maio de 2013, apresentou saldo negativo de US\$ 1,7 bilhões FOB. Ou seja, o Brasil importou US\$ 1,7 bilhões FOB a mais do que exportou. No mesmo mês do ano anterior, esse saldo havia sido negativo em US\$ 238 milhões FOB. No acumulado do ano, a balança comercial de petróleo e derivados apresentou saldo negativo de US\$ 7,6 bilhões FOB.

Balança Comercial de Petróleo e Derivados (milhão US\$ FOB)

	Maio/2012	jan-mai/2012	Maio/2013	jan-mai/2013
Petróleo				
Receita com exportação (a)	1.780	9.383	1.097	4.569
Dispêndio com importação (b)	1.225	5.841	1.439	6.457
Balança Comercial (c)=(a-b)	555	3.542	-342	-1.888
Derivados				
Receita com exportação (d)	1.153	4.969	849	3.910
Dispêndio com importação (e)	1.946	8.554	2.180	9.646
Balança Comercial (f)=(d-e)	-792	-3.585	-1.331	-5.736
Petróleo e Derivados				
Receita Total com exportação (g)=(a+d)	2.933	14.352	1.946	8.479
Dispêndio Total com importação (h)=(b+e)	3.171	14.395	3.619	16.102
Balança Total (i)=(g)-h)	-238	-43	-1.674	-7.624

Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

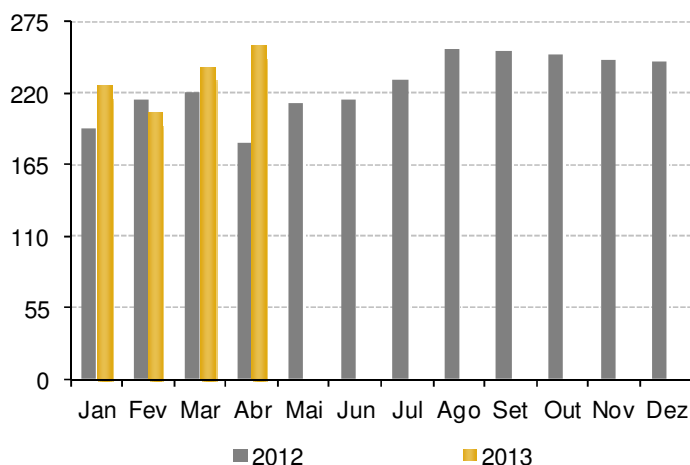
3. Biocombustíveis

3.1. Produção de Biodiesel (ANP)

A produção nacional de biodiesel, em abril de 2013, foi de 257 mil m³, montante 41% superior ao produzido em abril de 2012. No acumulado do ano, a produção foi 15% superior.

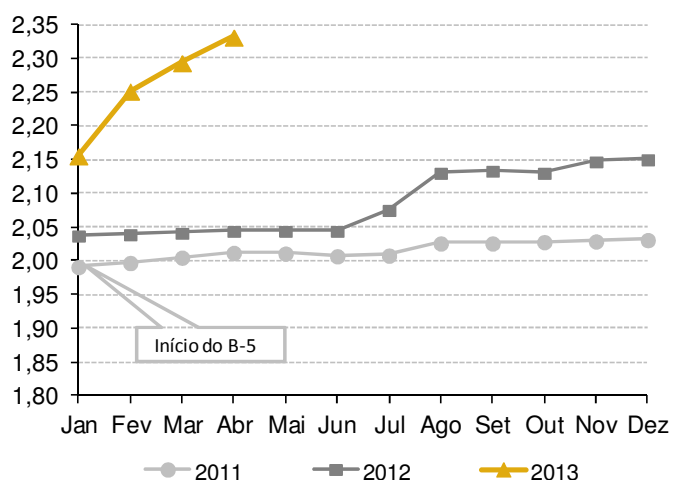
O preço do óleo diesel (misturado com biodiesel), em abril de 2013, foi de R\$ 2,33/ℓ, valor 14% superior observado em abril de 2012.

Produção de Biodiesel
(mil m³)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Preço ao Consumidor do Diesel B5
(R\$/ℓ)*



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

* B2,B3,B4,B5: respectivamente, 2%,3%,4%,5% de biodiesel no óleo diesel

3.2. Álcool

3.2.1. Produção de Álcool e Açúcar (MAPA)

A safra 2012/2013 produziu, até o dia 30 de abril de 2013, 23.460 mil m³ de álcool, sendo 13.765 mil m³ referentes à produção de álcool etílico hidratado (59%). Em relação ao mesmo período da safra 2011/2012, houve uma diminuição de 2% na produção de álcool hidratado no mesmo período.

A produção total de álcool foi 3% superior em relação ao mesmo período da safra anterior, com aumento na produção do álcool hidratado e alta na produção de álcool anidro.

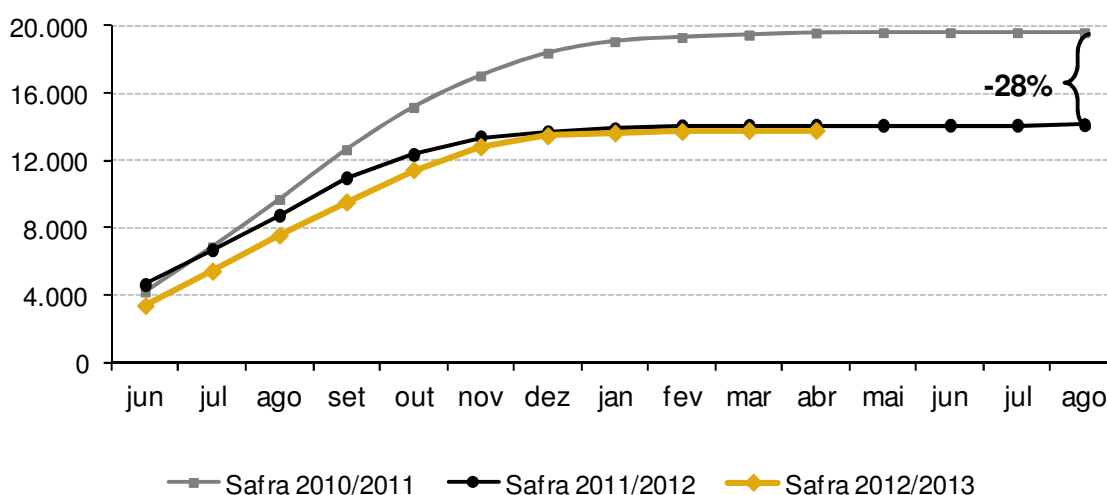
A produção de açúcar apresentou alta. Até 30 de abril de 2013, produziu-se 38.357 mil ton de açúcar, volume 7% superior ao observado no mesmo período da safra 2011/2012.

Produção de Álcool e Açúcar - Valores Acumulados

	Safra 2011/2012 (até 30 de abril de 2012)	Safra 2012/2013 (até 30 de abril de 2013)	Varição (%)
Álcool Anidro (mil m ³)	8.606	9.695	13
Álcool Hidratado (mil m ³)	14.077	13.765	-2
Total Álcool (mil m³)	22.683	23.460	3
Açúcar (mil ton)	35.964	38.357	7

Fonte: Elaboração própria com dados do MAPA.

Produção de Álcool Etílico Hidratado (mil m³)



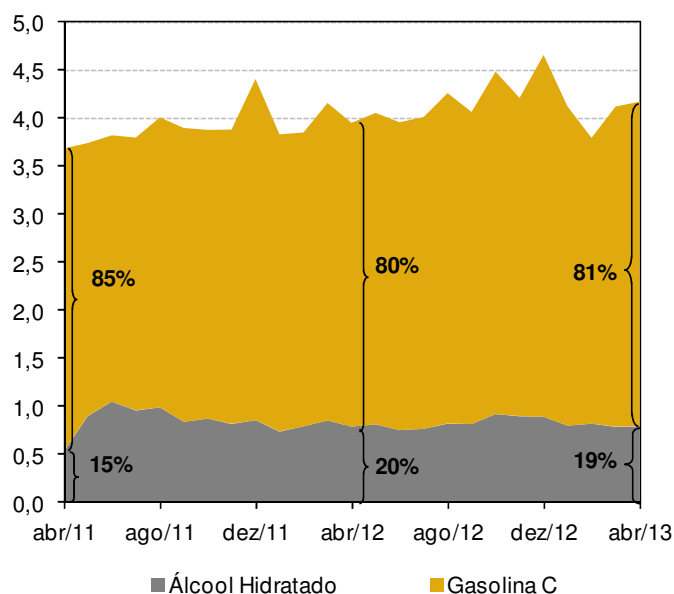
Fonte: Elaboração própria com dados do MAPA.

3.2.2. Vendas de Álcool Etílico Hidratado (ANP)

As vendas de álcool etílico hidratado foram de 792 mil m³ em abril de 2013. Esse número é similar ao volume vendido em abril de 2012. No acumulado do ano, as vendas foram 1% superiores às ocorridas no mesmo período do ano anterior.

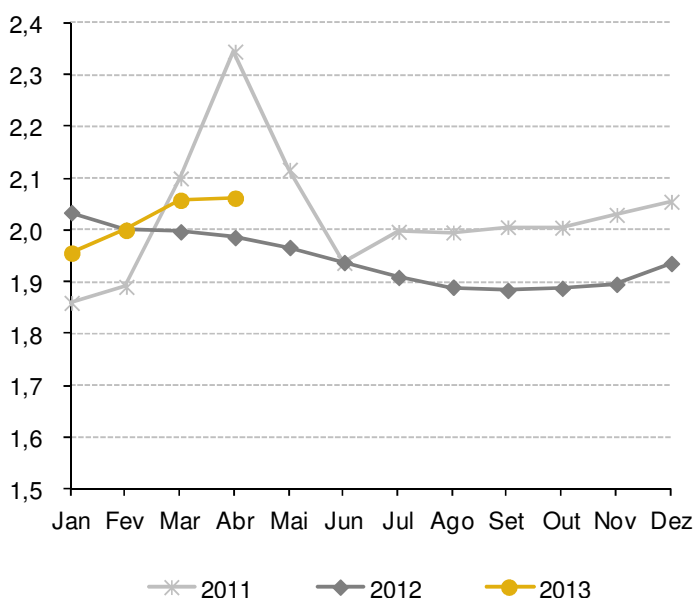
Em abril de 2013, o preço médio ao consumidor do álcool etílico hidratado foi de R\$ 2,062/ℓ, valor 3,8% superior ao registrado em abril de 2012.

Vendas de Álcool Etílico Hidratado e Gasolina C¹ (milhão m³)



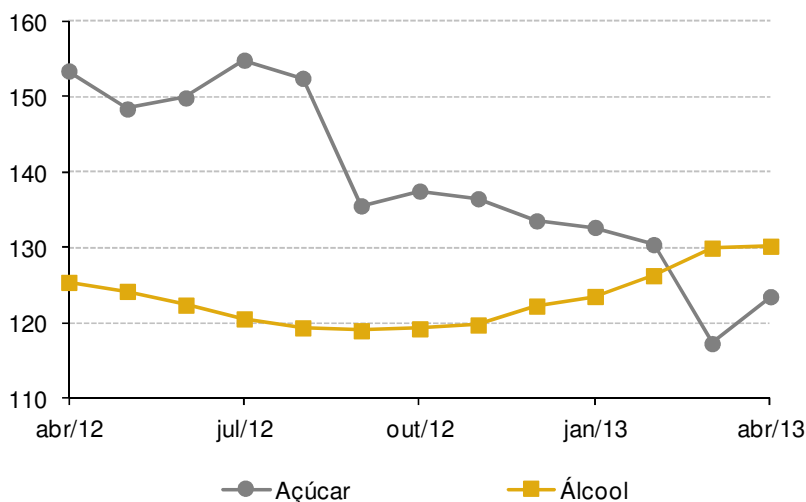
¹Gasolina C: Gasolina A + percentual de Álcool Anidro.
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Preço ao Consumidor do Álcool Etílico Hidratado (R\$/ℓ)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Índice de Preço do Açúcar* e do Álcool Etílico Hidratado (jan/07 = 100)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP e da ESALQ/USP.

* Foi considerado o preço do açúcar cristal observado no Estado de São Paulo, no 1º dia útil de cada mês, divulgado pela ESALQ/USP.

4. Gás Natural

4.1. Produção, Importação e Oferta Interna de Gás Natural (ANP)

Até o fechamento desta edição a ANP não havia atualizado os dados referentes à oferta interna de gás natural. Seguem as últimas informações disponíveis. A produção nacional diária média de gás natural, em abril de 2013, foi de 74.701 mil m³, representando um aumento de 14% comparado à média verificada em abril de 2012. No acumulado do ano, a produção de gás natural foi 12% superior.

A importação de gás natural realizada pelo País em abril de 2013 foi de 45.024, mil m³/dia. A oferta total líquida desse energético, descontando o gás natural queimado, perdido, reinjetado e consumido nas unidades de exploração e produção, naquele mês, foi de 96.124 mil m³/dia. Este montante é 19% superior ao observado em abril de 2012. No acumulado do ano, a oferta total do gás natural foi 36% superior.

A proporção de gás natural queimado, perdido, reinjetado e consumido nas unidades de exploração e produção (E&P) foi de 31% em abril de 2013. Em abril de 2012, essa proporção havia sido de 35%.

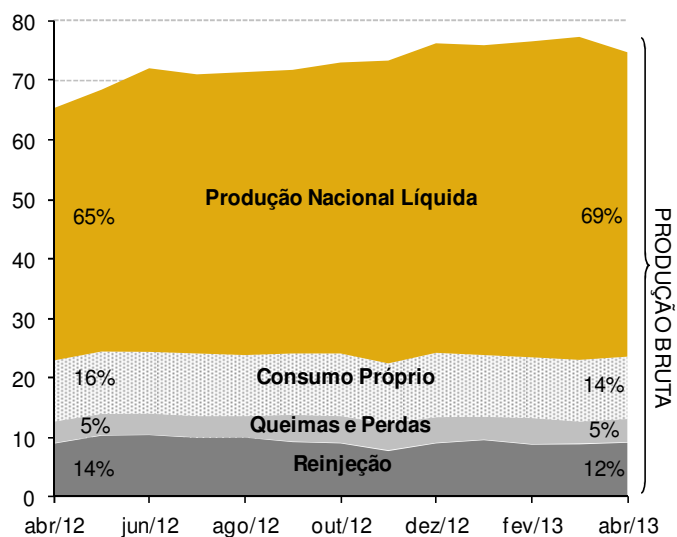
Balanço do Gás Natural no Brasil (mil m³/dia)

	Média em Abril/2012	Média do período jan-abr/2012	Média em Abril/2013	Média do período jan-abr/2013
Produção Nacional¹	65.313	68.045	74.701	76.086
- Reinjeção	8.890	10.340	9.079	9.028
- Queimas e Perdas	3.632	3.796	3.914	3.989
- Consumo Próprio	10.468	10.633	10.607	10.503
= Produção Nac. Líquida	42.323	43.274	51.100	52.566
+ Importação	38.807	31.035	45.024	48.142
= Oferta	81.130	74.309	96.124	100.708

¹Não inclui Gás Natural Liquefeito.

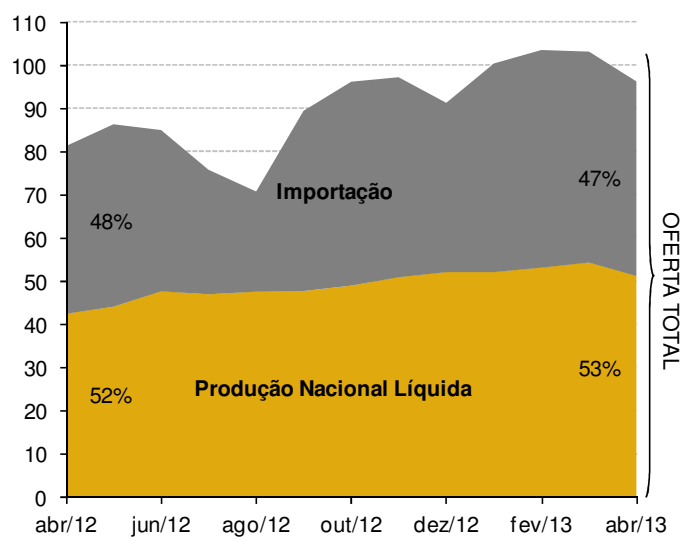
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Produção Nacional Bruta de Gás Natural
(milhão m³/dia)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Oferta Total de Gás Natural
(milhão m³/dia)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

4.2. Consumo de Gás Natural (ABEGÁS)

O consumo de gás no País em maio de 2013 foi, em média, de 73 milhões de m³/dia. Essa média é 26% superior ao volume médio diário consumido em maio de 2012. No acumulado do ano, o consumo apresentou crescimento de 37%.

O setor industrial, em maio de 2013, consumiu 28,5 milhões de m³/dia de gás natural, o que representa uma queda de 1% em relação ao mesmo mês do ano anterior. No acumulado do ano, o consumo industrial apresentou queda de 3%.

A manutenção do despacho das térmicas a gás para assegurar o suprimento de energia elétrica do País ancorou o aumento do consumo de gás natural no período. As térmicas utilizaram, em média, 28,9 milhões de metros cúbicos por dia de janeiro a maio de 2013, um aumento de 99% em relação ao mesmo período do ano anterior.

A geração elétrica foi responsável por 42% do volume total de gás consumido em maio de 2013. O setor foi seguido pela indústria responsável por 39% do consumo de gás natural em maio de 2013.

Consumo de Gás Natural por Segmento

	Médio (mil m ³ /dia)		Variação %	
	Mai/2013	Jan-Mai/2013	Mai-2013/ Mai-2012	Acumulado do Ano
Industrial	28.549	27.671	-1	-3
Automotivo	5.129	5.083	-3	-5
Residencial	1.133	868	25	9
Comercial	801	713	15	4
Geração Elétrica	30.695	28.978	99	138
Co-geração*	2.355	2.442	-26	-19
Outros	4.604	4.428	19	556
Total	73.264	70.183	26	37

*O segmento co-geração contempla os consumos de co-geração industrial e co-geração comercial.

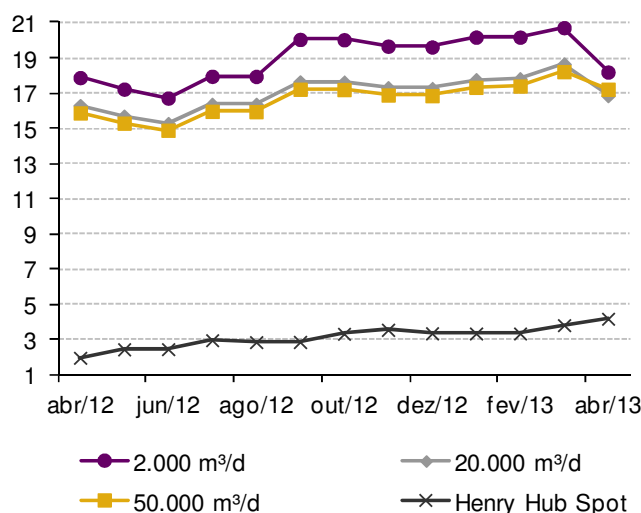
Fonte: Elaboração própria com dados da Abegás.

4.3. Preço do Gás Natural (MME)

O preço médio do gás natural ao consumidor industrial, em abril de 2013, foi de US\$ 17,42/MMBTU, valor 4,5% superior ao apresentado em abril de 2012 (US\$ 16,73/MMBTU). Esse valor inclui impostos e custos de transporte.

Em abril de 2013, o preço médio do gás natural no mercado spot Henry Hub foi de US\$ 4,17/MMBTU, valor 114% superior ao apresentado em abril de 2012 (US\$ 1,95/MMBTU). Esse preço não inclui impostos, transporte nem margem do distribuidor e é estabelecido nos dias úteis em negociações para entrega do dia seguinte.

Preço Médio do Gás Natural: Consumidor Industrial¹ e do Mercado Spot Henry Hub² (US\$/MMBtu)



Fonte: Elaboração própria com dados do Ministério de Minas e Energia e do Governo de Nebraska (EUA).

¹ Preço com impostos e custo de transporte. Média mensal.

² Preço sem impostos e custo de transporte. Média ponderada mensal das cotações diárias.

5. Telecomunicações

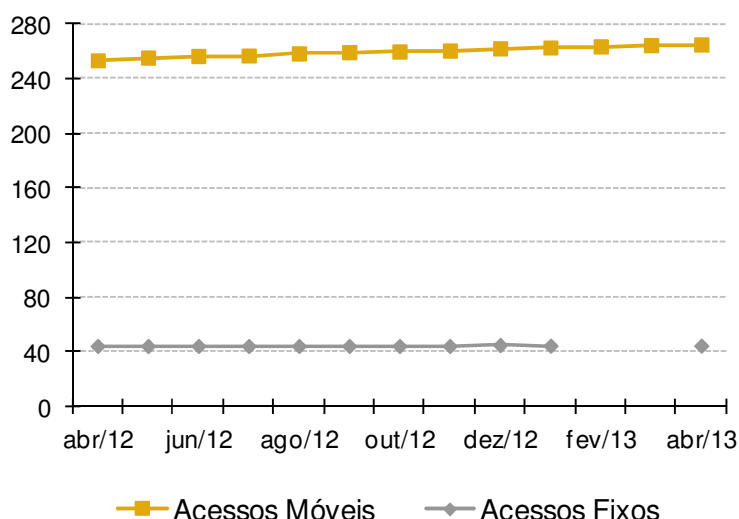
5.1. Indicadores do Serviço de Telefonia Fixa Comutada e Acessos Móveis (ANATEL)

Devido a problemas de atualização da ANATEL não estão disponíveis o histórico de dados entre os meses de janeiro a março de 2013 referentes ao Serviço de Telefonia Fixa Comutada e Acessos Móveis. Seguem as informações disponíveis a partir do mês de abril.

Em abril de 2013, o número de acessos móveis em operação foi de 265 milhões, montante 4,6% superior ao mesmo mês do ano anterior. O crescimento da quantidade de acessos nos últimos 12 meses tem sido de aproximadamente 0,4% ao mês.

Desde dezembro de 2008, os acessos fixos apresentam tendência de estagnação. Em abril de 2013, o número de acessos fixos foi de 44,4 milhões, valor próximo ao averiguado em abril de 2012.

Evolução dos Acessos Móveis e Fixos em Operação
(milhão)



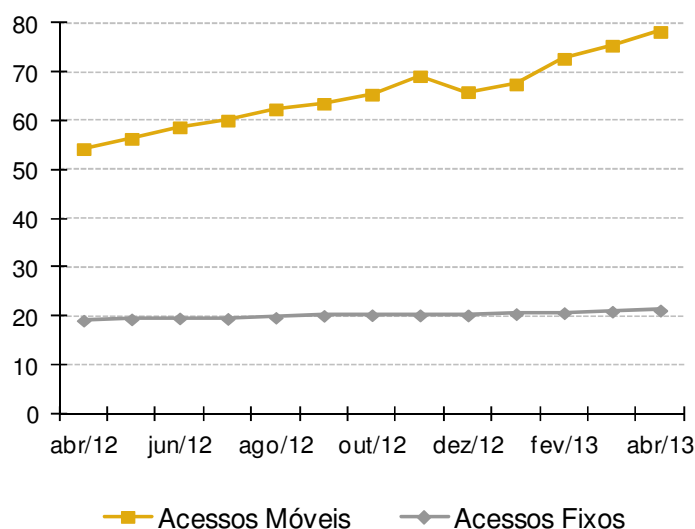
Fonte: Elaboração própria com dados da Anatel.

5.2. Serviços Contratados Ativos de Internet Móvel e Fixa (ANATEL)

O número total de acessos de internet móvel ativos comercializados em abril de 2013 foi de 78 milhões, montante 44% superior ao observado no mesmo período de 2012. Em relação a março de 2013, os acessos de internet móvel foram 4% superiores.

Os acessos totais de internet fixa vêm crescendo em ritmo superior ao observado nos últimos meses. Houve no mês de abril de 2013, um crescimento de 11% em relação ao mesmo mês do ano anterior. Em relação a março de 2013, os acessos a internet fixa foram similares.

Evolução do Total de Acessos ativos de Internet Móvel¹ e Fixa² (milhão)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANATEL

¹ WCDMA, LTE, M2M e Banda Larga Móvel

² Serviço de Comunicação Multimídia (SCM)

6. Transportes

6.1. Portos Selecionados e Terminais de Uso Privativo (ANTAQ)

Em abril de 2013, a movimentação de granel sólido nos portos públicos e nos terminais de uso privativo (TUPs) não variou em relação a abril de 2012, enquanto a movimentação de granel líquido foi 4% inferior em relação ao mesmo mês do ano anterior.

A movimentação total de cargas nos portos públicos e TUPs, em abril de 2013, foi similar ao mesmo mês do ano anterior.

Em abril de 2013, os TUPs representaram 67% da movimentação total de carga nos portos e terminais. A movimentação total nos TUPs foi de 47.340 mil toneladas, volume 8% inferior a março de 2012. Os portos públicos movimentaram 17.904 mil toneladas em março de 2013, volume 20% superior em comparação com mesmo mês do ano anterior.

A quantidade de contêineres movimentados em todos os portos organizados e terminais privados do País em abril de 2013 foi de 635.488 TEUs (*twenty-foot equivalent unit*), montante que não variou se comparado ao mesmo mês do ano anterior.

Movimentação Total de Cargas – por natureza* (mil t)

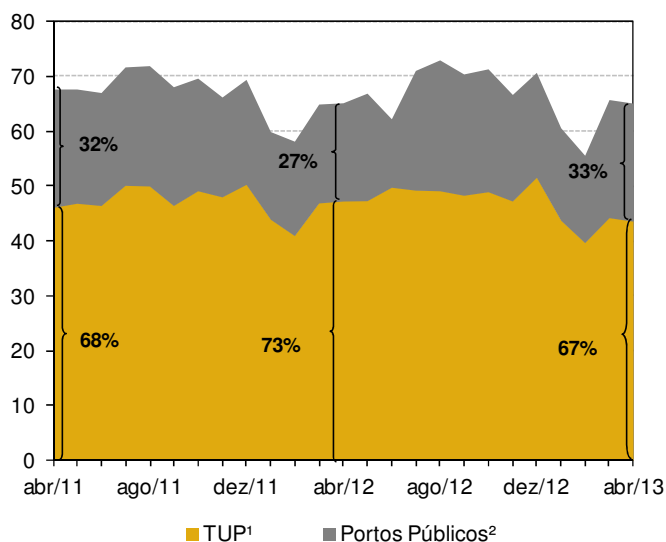
	Período		Varição %
	Abr/2012	Abr/2013	Abr-2013 / Abr-2012
Granel Sólido (a)	44.066	44.268	0%
<i>Portos Públicos</i>	13.641	16.794	23%
<i>TUPs</i>	30.424	27.474	-10%
Granel Líquido (b)	17.392	16.960	-2%
<i>Portos Públicos</i>	3.466	3.323	-4%
<i>TUPs</i>	13.926	13.637	-2%
Carga Geral Solta (c)	3.786	3.944	4%
<i>Portos Públicos</i>	796	1.431	80%
<i>TUPs</i>	2.990	2.514	-16%
Total (a+b+c)	65.244	65.172	0%
<i>Portos Públicos</i>	17.904	21.547	20%
<i>TUPs</i>	47.340	43.625	-8%

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais da ANTAQ. Dados sujeitos a alteração.

* Terminais de uso privativo (114 instalações)

Portos públicos (33 instalações)

Movimentação Total de Cargas (milhões t)

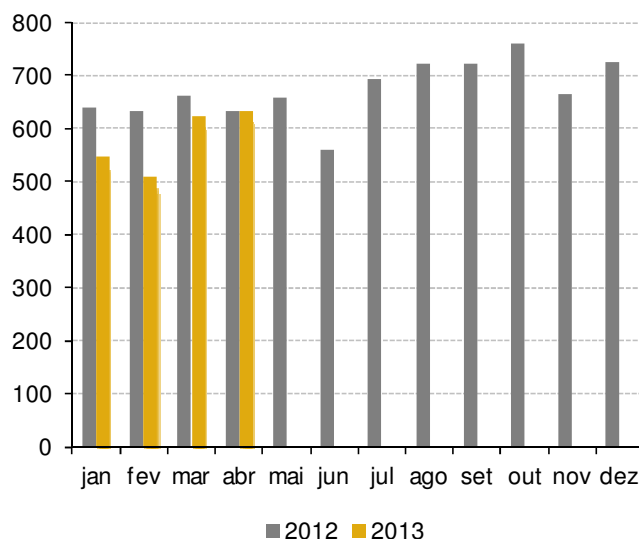


Fonte: Sistema de Informações Gerenciais da ANTAQ. Dados sujeitos a alteração.

¹ Terminais de uso privativo (110 instalações)

² Portos públicos (33 instalações)

Movimentação Total de Contêineres* (milhões TEUs)



Fonte: Sistema de Informações Gerenciais da ANTAQ. Dados sujeitos a alteração.

¹ Terminais de uso privativo (110 instalações)

² Portos públicos (33 instalações)

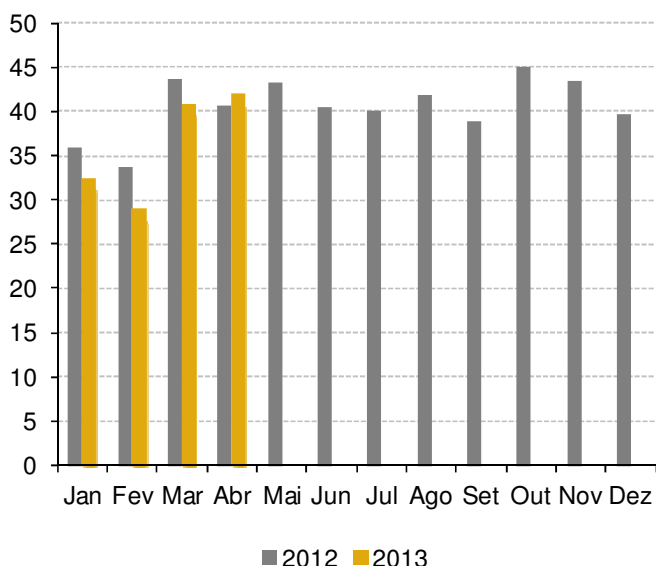
6.2. Transporte Aéreo (INFRAERO)

Desde novembro de 2012 a INFRAERO não homologa os dados de movimentação de carga e passageiros para os aeroportos de Guarulhos, Campinas e Brasília. Enquanto a Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) não disponibilizar esses dados mensalmente as análises sobre a movimentação de carga e passageiros irão considerar os totais sem o volume movimentado desses aeroportos.

Em abril de 2013, 10,6 milhões de passageiros transitaram pelos aeroportos da Infraero, volume 1% superior ao ocorrido no mesmo mês de 2012.

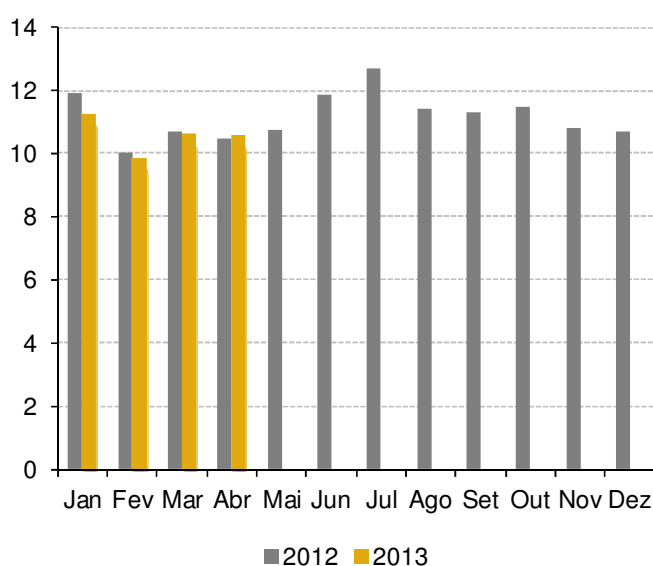
A movimentação de carga aérea total no País, em abril de 2013, foi de 42 mil toneladas, montante 2% inferior ao averiguado no mesmo mês do ano anterior.

Movimentação mensal de Cargas
(mil toneladas)



Fonte: Elaboração própria com dados da Infraero Cargo

Movimentação mensal de Passageiros
(mil)



Fonte: Elaboração própria com dados da Infraero Cargo

6.3. Cargas Ferroviárias (ANTT)

A movimentação de mercadorias nas ferrovias, de janeiro a abril de 2013, foi de 149 milhões de toneladas úteis (TUs), valor 5% superior ao observado no mesmo intervalo de 2012. Nesse período, a movimentação de produção agrícola foi o setor que apresentou maior crescimento na movimentação de mercadorias transportadas por ferrovias (123%). O minério de ferro correspondeu a 79% do total movimentado entre janeiro e abril de 2013.

Movimentação de Mercadorias nas Ferrovias – Jan-Abr

Ano	2013	2012	Variação (%)
Mercadoria	Jan-Abr (mil TU)	Jan-Abr (mil TU)	acum-13/ acum-12
Minério de Ferro	117.271	107.367	9
Soja e Farelo de Soja	7.870	10.108	-22
Produção Agrícola (exceto soja)	4.763	2.133	123
Indústria Siderúrgica	4.518	5.516	-18
Carvão/Coque	3.671	3.657	0
Combustíveis e Derivados de Petróleo e Álcool	2.868	3.186	-10
Grãos Minerais	2.192	3.157	-31
Extração Vegetal e Celulose	1.460	1.541	-5
Aubos e Fertilizantes	1.330	1.862	-29
Indústria Cimenteira e Construção Civil	1.040	1.589	-35
Cimento	920	961	-4
Container	874	763	15
Carga Geral - Não Containerizada	65	106	-38
Total	148.844	141.946	5

Fonte: Elaboração própria com dados da ANTT

6.4. Participação dos Modos de Transporte no Comércio Exterior (MDIC)

Até o fechamento deste relatório o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior não havia disponibilizado os dados para a movimentação total de exportação e importação realizada no em maio de 2013. Seguem os últimos dados disponíveis:

Movimentação Total (exportação e importação) por modo

Modo	mil t		Variação %	
	abr/2013	jan-abr/2013	abr-2013 / abr-2012	Acumulado do ano
Marítimo	54.378	197.707	7	4
Fluvial	1.251	4.235	-20	11
Aéreo	121	470	-4	4
Ferroviário	50	211	15	7
Rodoviário	984	3.652	12	4
Outros*	950	4.205	10	41
Total	57.733	210.481	6	5

Fonte: Elaboração própria com dados do MDIC.

*Linha de transmissão, tubo-conduto, postal, próprio, lacustre.

7. Investimentos Privados em Infraestrutura

7.1. Desembolsos do BNDES

Em abril de 2013, o desembolso total realizado pelo BNDES na área de infraestrutura (refino e álcool, energia elétrica e gás natural, saneamento, telecomunicações e transporte) foi de R\$ 5,7 bilhões, valor 60% superior ao aportado em abril de 2012.

Desembolso mensal BNDES

Setor	Abril/2012 R\$ milhão	Abril/2013 R\$ milhão	Participação %
Refino e Álcool	239	1.146	20
Energia Elétrica e Gás Natural	1.696	944	16
Saneamento	107	186	3
Telecomunicações	5	121	2
Transporte	1.556	3.366	58
<i>Aéreo</i>	4	433	-
<i>Aquaviário</i>	37	298	-
<i>Terrestre</i>	1.516	2.635	-
Total Infraestrutura	3.603	5.763	100

Fonte: Elaboração própria com dados do BNDES.

8. Execução do Orçamento da União (SIAFI)

8.1. Orçamento Geral e de Investimentos da União (Tabela I)

A dotação total autorizada para o Orçamento da União de 2013 foi de, aproximadamente, R\$ 2,2 trilhões. Deste valor, aproximadamente R\$ 90,2 bilhões correspondem à alínea "investimentos", o que representa 4% do orçamento total de 2013.

Entre os órgãos superiores, o Ministério dos Transportes detém o maior orçamento de investimentos, em valor absoluto, R\$ 15,8 bilhões o que representa 18% da sua dotação total.

Do orçamento de investimentos da União para 2013, foram empenhados R\$ 18,8 bilhões, o que representa 21% da dotação autorizada. Até o dia 26 de junho, foram liquidados R\$ 3,6 bilhões e pagos do orçamento aproximadamente R\$ 3,4 bilhão. Já o pagamento total, incluindo os restos a pagar pagos no período, soma R\$ 19,6 bilhões.

8.2. Orçamento Geral e de Investimentos do Ministério dos Transportes (Tabelas I e II)

Do montante de R\$ 15,8 bilhões autorizados para os investimentos do Ministério dos Transportes em 2013, foram empenhados R\$ 5,6 bilhões (36% da dotação). Até o dia 26 de junho, foram liquidados R\$ 437 milhões e pagos do orçamento R\$ 395 milhões. Já o pagamento total, incluindo os restos a pagar pagos no período, soma R\$ 3,8 bilhões.

Cerca de 83% dos recursos autorizados para investimentos do Ministério dos Transportes (R\$ 13,1 bilhões) estão destinados ao setor rodoviário. O restante está dividido entre os setores ferroviário (R\$ 1,8 bilhões, ou 12%), hidroviário (R\$ 204 milhões) e outros (R\$ 643 milhões).

8.3. Restos a Pagar – Orçamento de Investimentos (Tabela III)

O Ministério dos Transportes inscreveu, em 2013, cerca de R\$ 112 milhões em restos a pagar processados. A União inscreveu, aproximadamente, R\$ 4,7 bilhões de restos a pagar processados. Em relação aos restos a pagar não-processados, o Ministério dos Transportes tem R\$ 12,8 bilhões inscritos, enquanto a União tem R\$ 67,2 bilhões de restos a pagar não-processados inscritos para 2013.

Do volume total de restos a pagar inscritos pelo Ministério dos Transportes, 27% foram pagos até 26 de junho (excluídos os cancelamentos). No caso da União, os pagamentos também correspondem a 23% do total de restos a pagar inscritos.

9. Programa de Aceleração do Crescimento – PAC (SIAFI) (Tabela IV)

Para 2013, o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC apresenta dotação de R\$ 60,7 bilhões no orçamento da União, de acordo com o SIAFI. Desse total, foram alocados 29% no Ministério das Cidades (R\$ 17,3 bilhões) e 25% no Ministério dos Transportes (R\$ 15,0 bilhões), principais executores do chamado “PAC Orçamentário”, que considera somente os recursos do Orçamento Geral da União.

No âmbito do PAC, a União empenhou R\$ 21,3 bilhões (35% do orçamento autorizado) e liquidou R\$ 3,5 bilhões até 26 de junho. O pagamento realizado foi de R\$ 3,4 bilhões. Os restos a pagar pagos somaram, aproximadamente, R\$ 17 bilhões. Restam R\$ 35,3 bilhões em restos a pagar não pagos nos projetos do PAC Orçamentário.

ANEXOS

Tabela I - Execução Orçamentária da União - OGU 2013 Investimentos - Por Órgão Superior

Valores em final de período - atualizados até 26/06/2013*

R\$ milhão

Órgão Superior	Dotação Autorizada (a)	Empenho (b)	(b/a) %	Liquidação (c)	(c/a) %	Pagamento (d)	(d/a) %	Restos a Pagar pagos (e)	Total Pago (f=d+e)	RP a pagar
Presidência da República	1.697	28	2	2	0	2	0	91	93	663
MAPA	1.355	14	1	2	0	2	0	286	288	832
MCTI	1.601	176	11	103	6	74	5	301	374	812
MDIC	233	52	23	6	3	6	2	26	32	54
MME	188	11	6	5	2	4	2	35	39	22
M. Transportes	15.800	5.687	36	437	3	395	2	3.401	3.796	9.190
M. Comunicações	193	16	8	0	0	0	0	36	36	92
MMA	195	8	4	1	1	1	1	40	41	48
MDA	4.354	579	13	0	0	0	0	388	389	1.555
M. Defesa	9.684	4.590	47	1.582	16	1.524	16	1.938	3.462	5.093
M. Int. Nacional	7.911	2.429	31	618	8	612	8	1.366	1.978	4.644
M. das Cidades	9.562	813	9	89	1	63	1	1.644	1.708	10.778
Outros**	37.401	4.424	12	796	2	723	2	6.631	7.354	20.592
Total	90.172	18.827	21	3.641	4	3.406	4	16.182	19.588	54.375

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

** Inclui Câmara dos Deputados, Senado, TCU, STF, STJ, Justiça Federal, Justiça Militar, Justiça Eleitoral, Justiça do Trabalho, Justiça do DF e Territórios, Ministério Público da União, Ministério do Planejamento, Ministério da Fazenda, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, Ministério da Previdência Social, Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Saúde, Ministério do Trabalho e do Emprego, Ministério da Cultura, Ministério do Esporte, Ministério do Turismo, Ministério do Desenvolvimento Social.

Tabela II - Execução Orçamentária do Ministério dos Transportes – OGU 2013 Investimentos – Por Modalidade

Valores em final de período - atualizados até 26/06/2013*

R\$ milhão

Modalidade	Dotação Autorizada (a)	Empenho (b)	(b/a) %	Liquidação (c)	(c/a) %	Pagamento (d)	(d/a) %	Restos a Pagar pagos (e)	Total Pago (f=d+e)	RP a pagar
Ferrovário	1.830	290	16	26	1	24	1	658	683	1.329
Hidroviário	204	0	0	0	0	0	0	9	9	265
Rodoviário	13.123	5.216	40	405	3	364	3	2.568	2.932	7.198
Outros	643	181	28	6	1	6	1	166	172	399
Total	15.800	5.687	36	437	3	395	2	3.401	3.796	9.190

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

Valores menores que R\$ 1 milhão não estão descritos na tabela.

* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

Tabela III - Demonstrativo dos Restos a Pagar Inscritos em 2013

Restos a Pagar Processados

Valores em final de período - atualizados até 26/06/2013* R\$ milhão

Órgão	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
M. Transportes	112	-3	38	71
União	4.694	-396	992	3.306

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

Restos a Pagar Não-processados

Valores em final de período - atualizados até 26/06/2013* R\$ milhão

Órgão	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
M. Transportes	12.765	-281	3.364	9.119
União	67.277	-1.017	15.190	51.070

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

Tabela IV - Execução Orçamentária da União - OGU 2013 PAC - Por Órgão Superior

Valores em final de período - atualizados até 26/06/2013*

R\$ milhão

Órgão Superior	Dotação Autorizada (a)	Empenho (b)	(b/a) %	Liquidação (c)	(c/a) %	Pagamento (d)	(d/a) %	Restos a Pagar pagos (e)	Total Pago (f=d+e)	RP a pagar
Presidência da República	2.900	332	11	0	0	0	0	911	911	416
M. Planejamento	2	1	27	0	12	0	12	0	0	0
MCTI	99	12	12	5	5	3	3	13	16	82
M. Fazenda	80	0	0	0	0	0	0	160	160	0
MEC	5.270	231	4	90	2	63	1	978	1.041	2.270
M. Minas e Energia	376	103	27	20	5	20	5	102	122	120
M. Saúde	2.872	638	22	36	1	36	1	489	525	2.956
M. Transportes	15.065	5.704	38	440	3	400	3	3.461	3.861	9.026
M. Cultura	831	324	39	40	5	40	5	88	128	203
M. Meio Ambiente	0	0	0	0	0	0	0	0	0	7
MDA	3.459	524	15	0	0	0	0	283	283	977
M. Defesa	4.207	3.421	81	1.321	31	1.305	31	698	2.002	3.232
M. Integr. Nacional	5.713	2.194	38	599	10	593	10	1.145	1.737	2.702
M. Turismo	697	697	100	0	0	0	0	0	0	0
M. Desenv. Social	823	0	0	0	0	0	0	265	265	40
M. Cidades	17.332	7.063	41	949	5	923	5	8.381	9.303	13.299
Total	60.720	21.283	35	3.505	6	3.387	6	16.983	20.370	35.345

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

Valores menores que R\$ 1 milhão não estão descritos na tabela.

* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

Documento elaborado com dados disponíveis até 02 de julho de 2013.